

## DOIS MODELOS DE HISTÓRIA EM DISPUTA NO IHGRGS NOS ANOS 1950: O CASO SEPÉ TIARAJU<sup>1</sup>

Jefferson Teles Martins<sup>2</sup>

O acirramento das disputas entre os grupos intelectuais divididos entre aqueles que defendiam a ampliação do terreno de análise e pesquisa no campo da história e aqueles que eram refratários ao programa intelectual de revisão historiográfica, manifestou-se na polêmica a respeito de Sepé Tiaraju, em meados da década de 1950.

Pensar a polêmica como uma “estrutura elementar” do campo intelectual e das sociabilidades ajuda a vislumbrar a organização do “campo” no estado em que se encontra num dado período. Esclarece sobre os motes, interesses e as posições dos agentes, e as respectivas correlações de forças.

Nesse sentido, será analisada a polêmica que envolveu a figura de Sepé Tiaraju, na qual tomaram parte os membros do IHGRGS, divididos entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra que se erigisse um monumento em homenagem ao índio missioneiro. O aspecto mais profundo desta polêmica é disputa historiográfica. Um grupo pequeno, mas que detinha o monopólio das decisões e principais comissões do IHGRGS, reunido em torno de Othelo Rosa, defendia um modelo historiográfico no qual não havia espaço para os novos aportes e novas abordagens emprestados das ciências sociais, como o estudo do folclore, das “lendas populares”, e a inclusão de grupos étnicos como índios e negros (indivíduos que não vinham da linhagem portuguesa). Outra ala do IHGRGS, mais numerosa e mais dispersa, e que gradativamente foi se afastando do núcleo institucional, defendia a renovação dos marcos da historiografia, incluindo outros grupos que não faziam parte da “elite” lusa, militar e política.

Por outro lado, no bojo da disputa estava a luta para deslocar um grupo que monopolizava as posições de poder dentro do Instituto Histórico, e que, assim, asseguravam, simbolicamente, a posição de “porta-vozes” oficiais da instituição, e que detinha o poder de decidir aquilo que era a “verdade” sobre a história rio-grandense. No entanto, a luta não era pelo simples comando do IHGRGS. E tornou-se um marco no processo de questionamento e deslocamento do IHGRGS como instância legítima da produção do conhecimento histórico no estado.

A referida polêmica começa com o pedido do major do exército

---

1 Palestra proferida na sessão solene dos 95 anos do IHGRGS, em 5 de agosto de 2015.

2 Doutor em História pela PUCRS.

João Carlos Nobre da Veiga para que se erigisse um monumento a Sepé Tiaraju, em São Gabriel, em comemoração aos duzentos anos de sua morte. No ofício enviado ao governador do estado, o major argumentava que Sepé Tiaraju era um símbolo de “incomparável devotamento patriótico”, portanto atribuía-lhe um sentido de brasilidade, cuja morte teria sido um “holocausto à pátria”, que deveria ser reverenciado com um monumento que lembrasse o “denodado valor e o acendrado apego à terra” do índio missioneiro. O governador Ildo Meneguetti enviou o requerimento do major para ser avaliado pelo IHGRGS, para que este emitisse parecer a respeito.

A Comissão de História, composta por Othelo Rosa, Afonso Guerreiro Lima e Moysés Vellinho, emitiu parecer negando qualquer possibilidade de Sepé Tiaraju ser considerado brasileiro:

Não só é inaceitável o ‘brasileirismo’ de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa.<sup>3</sup>

Entre os argumentos citados pela Comissão para embargar a homenagem do governo do estado a Sepé Tiaraju, figura o estabelecimento da ação daquele guerreiro à órbita da influência espanhola, portanto em oposição aos interesses luso-brasileiros. Estava no campo oposto aos interesses “daqueles que lutaram pelo território rio-grandense”; era súdito da Coroa espanhola, sendo pois impossível atribuir-lhe um sentido de pátria brasileira. Em segundo lugar, usava-se os critérios da cientificidade histórica para expulsar Sepé Tiaraju para o terreno das “lendas”, portanto fora do domínio dos “fatos” da “verdade histórica”. A “mitificação” em torno da figura de Sepé desfigurava-lhe a “personalidade real, única, a ser vista e compreendida pela exegese da história”, segundo a Comissão (BERNARDI, 1980, p. 140).

O referido parecer foi publicado no jornal *Correio do Povo*, em 26 de novembro de 1955. O que seguiu foi a polarização da intelectualidade rio-grandense entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra o parecer emitido pelo IHGRGS sobre Sepé Tiaraju.

O primeiro a sair em defesa do parecer emitido pela Comissão de História foi Carlos Reverbel, em artigo publicado também no *Correio do Povo*, de 3 de dezembro de 1955. Reverbel estribou-se na autoridade do con-

---

3 Parecer da Comissão de História (BERNARDI, 1980, p. 142).

sagrado Othelo Rosa, que “proferiu uma de suas sábias lições sobre história rio-grandense, tendo seus pontos de vista sido aprovados e, portanto, oficialmente adotados pelo Instituto Histórico e Geográfico”.<sup>4</sup> Carlos Reverbel lembrou outra situação em que o Instituto Histórico foi chamado a “elucidar e firmar a verdade histórica”. Tratava-se da ocasião “quando [em 1948] se sugeriu o nome do padre Antônio Sepp para um grupo escolar” em Santa Maria, e o Instituto Histórico e Geográfico, por meio de parecer “de que também foi relator o nosso *maior historiador* Othelo Rosa”, manifestou-se contra a homenagem. Desde essa ocasião, assinala Reverbel, “a fim de resguardar a unidade da nossa formação histórica e do nosso processo cultural”, o IHGRGS “tem procurado caracterizar a Província jesuítica do Paraguai, a que pertenciam os Sete Povos das Missões, como uma expressão política da Coroa Espanhola, em terras posteriormente rio-grandenses e brasileiras”.<sup>5</sup> Reverbel também elencou outro parecer do IHGRGS como trunfo de autoridade para estabelecer a “verdade histórica”, e refutar a homenagem a Sepé Tiaraju. Referia-se ao parecer assinado pelo “escritor” Moysés Vellinho, seu chefe na revista *Província de São Pedro*, da qual era secretário, quando opinou sobre o livro do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger *Os Três Mártires Rio-Grandenses*. Carlos Reverbel cita textualmente o parecer do amigo escritor:

do ponto de vista da nossa formação histórica e geográfica, que se processou, nesta extremadura, em luta aberta contra desbordamentos dos regulares da Casa de Assunção sobre terras que seriam, mais tarde, quase todo o Rio Grande do Sul – examinando o problema, repetimos, sob o âmbito de nossa integração territorial, não padece dúvida que a naturalização rio-grandense dos mártires evocados pelo nosso prezado confrade não pode ser aceita sem oposição ou controvérsia. Nessas reservas – acentue-se bem – jamais estaria em causa a sublimidade do martírio daqueles prodigiosos campeadores de Santo Inácio, nem o magnífico conteúdo místico de seu sacrifício nas mãos broncas dos índios. O que conduz à contradita é o enquadramento desses tristes episódios entre os fatores ativos da nossa formação histórica.<sup>6</sup>

---

4 Sepé Tiaraju e o Instituto Histórico, Carlos Reverbel, *Correio do Povo*, 3 de dezembro de 1955, p. 9.

5 Idem.

6 Idem.

Em suma, para Carlos Reverbel, a autoridade do IHGRGS e sua Comissão de História, além da autoridade pessoal de Othelo Rosa, eram índices suficientes para estabelecer a “verdade histórica”. Porém, esta autoridade começaria a ser contestada, publicamente, por meio do próprio *Correio do Povo*, e outros órgãos da imprensa local.

Walter Spalding não tardou a entrar na discussão. Dia 8 de dezembro, no jornal o *Estado do Rio Grande do Sul*, publicou a “Carta ao Negrinho do Pastoreio”, sob o pseudônimo Blau Severo:

Precisamos Negrinho amigo, defender, custe o que custar contra os donos pretensos da nossa História, as nossas glórias e as nossas tradições. Por isso convido-te a percorrer esse sagrado Rio Grande do Sul e pregar, por todos os recantos, os nobres e são ensinamentos de nossa História maravilhosa. E pede à tua Santa Madrinha, meu caro Judião, que nos fortaleça e ampare nos nossos direitos, cobrindo-nos com a sua santa bênção (PRITSCH, 2005, p. 31).

Spalding, assim, tomava parte na disputa, evocando outra figura que fazia parte da tradição popular e das lendas rio-grandenses, de certa forma, fazendo a defesa das lendas e da tradição popular como objetos legítimos da cultura e da História. Este era o primeiro nível da disputa que se dava no interior do campo acadêmico da época, opondo o grupo de historiadores hegemônicos dentro do IHGRGS (aos quais chama de “os pretensos donos da História”) e os historiadores-folcloristas, postos à margem do campo, que buscavam a legitimação do Folclore como ciência. Mas também havia, pelo menos, outras duas frentes de batalha.

Uma dessas frentes de batalha dizia respeito a um aspecto que estava fora do ambiente propriamente acadêmico, mas que ganhava a atenção dos intelectuais estabelecidos, à medida que um movimento de massas conquistava cada vez mais espaço e legitimidade dentro da esfera do Estado: o *tradicionalismo*.

Walter Spalding havia se integrado ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, ainda no final da década de 1940, como apoiador do 35 *Centro de Tradições Gaúchas*. Entretanto, a partir de meados da década de 1950, paulatinamente se desgostou com os rumos do movimento, segundo ele, devido às emulações e desavenças pessoais com os líderes tradicionalistas. Assim, Spalding relatou seu afastamento do tradicionalismo ao poeta Léo Santos Brum:

Antes de entrar no assunto, quero dizer ao prezado companheiro de lutas pelo tradicionalismo que no sábado passado, dia 3 deste, na minha *Carta ao Negrinho do pastoreio*, no jornal “Estado do Rio Grande”, desliguei-me da campanha tradicionalista, para voltar à retaguarda de onde saí, em 1923, ao iniciar a minha luta tradicionalista, de lenço colorado no pescoço e, no peito, o distintivo de “bandoleiro”, que era o que usava a gente de Zeca Neto, Honório Lemes, Estácio Azambuja e outros que tais. Larguei de mão essa campanha atual porque me convenci que estou perdendo tempo, pois que outros estão desfazendo com os pés o que pregaram ontem (...). Além disso, conversinhas, invejinhas mesquinhas e conversas fiadas encheram-me as medidas. Larguei tudo, por isso e outras cousas. Mas não largarei jamais o combate independente, livre como até pouco era, sem estar nesses centros que somente fazem anarquias, como naquela miserável farsa que representaram no famigerado Congresso de Santa Maria.<sup>7</sup>

Sobre o tema do seu desligamento do movimento tradicionalista, Spalding também tratou em carta enviada a outro poeta, Pedro Luís:

[...] me despedi por completo da atuação em Centro Tradicionalista, desiludido por inteiro dos chamados tradicionalistas. Minha despedida, com suas razões foi publicada no sábado passado, dia 2 deste, no jornal ESTADO DO RIO GRANDE, onde mantenho uma página literária. Na *Carta ao Negrinho do Pastoreio*, que assino com o pseudônimo Blau Severo, poderá ler as razões. Tradicionalismo no nosso Rio Grande, no momento que passa, e graças às mistificações do tal *Estado Novo* getulista – é politicagem e nada mais. De tradicionalismo só possui o nome, agora, embora tenha começado muito bem e com intenções nobres e elevadas. Com o tradicionalismo e tradicionalistas nada mais tenho em comum. Continuarei no meu modesto canto a batalhar a meu modo, como vinha fazendo desde 1923, quando ainda ninguém sonhava com estas cousas. Volto, assim, para a obscura retaguarda de onde saí.<sup>8</sup>

7 Carta de Walter Spalding a Leo Santos Brum. Porto Alegre, 5 de julho de 1955. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

8 Carta de Walter Spalding a P. Pedro Luís. Porto Alegre, 6 de julho de 1955. Fundo Walter RIHGRGS, Porto Alegre, n. 149, p. 185-206, dezembro de 2015.

Deixa claro que o seu desgosto tinha a ver com o que chama de “politicagem”. Os tradicionalistas conseguiram avançar bastante no campo da gestão pública da cultura dentro do Estado, principalmente mediante a criação do Instituto de Tradição e Folclore (ITF), em 1954, cuja direção ficou na órbita dos tradicionalistas, enquanto agentes intelectuais reconhecidos no campo do folclore e da História, como Spalding e Laytano, se sentiram preteridos.<sup>9</sup> O descontentamento com os rumos da política, especialmente depois do Estado Novo, é uma recorrente nas queixas de Walter Spalding, e refletem uma posição mais ou menos geral dos intelectuais rio-grandenses, naquele contexto.<sup>10</sup> Esse avanço “político” dos tradicionalistas não deve ter passado despercebido dos outros agentes intelectuais, na disputa por espaços dentro do Estado, e que detinham a legitimidade acadêmica no campo da História. É para este aspecto, menos visível, que Spalding chama a atenção de um historiador e tradicionalista de Passo Fundo. Arthur Sússembach<sup>11</sup>, do Instituto Histórico de Passo Fundo, publicou no jornal *O Nacional*, naquela cidade, o artigo intitulado *Um monumento a Sepé*, em 5 de dezembro de 1955, onde reverberava a polêmica que se dava na capital. Neste artigo, Sússembach ataca com veemência o parecer emitido pela

---

Spalding, Arquivo do IHGRGS.

9 Letícia Nedel (2005) mostra como na disputa pela direção do Instituto de Tradições e Folclore, criado pelo governo do estado, os jovens tradicionalistas acabaram derrotando as pretensões de Dante de Laytano de manter o ITF sob sua esfera de influência (Ver NEDEL, 2005, p. 369-380).

10 Em um dos muitos desabafos de Walter Spalding sobre a política feitos ao amigo Oswaldo Cabral, aparece esta crítica ao prefeito de Ildo Meneguetti, amigo de longa data de Spalding: “Isto é ‘trabalhismo’ nesta terra. E também o ‘pessedeísmo’ que anda metendo os pés pelas mãos... legítimo governo do filhotismo, tanto no Estado (PTB), como no município (PSD), administrado pelo meu amigo Meneghetti que está fazendo papel de boneco nas mãos do partido, como isto, por exemplo: a 31 de Dezembro nomeou interinamente, uma dezena de funcionários extra-numerários, oficiais administrativos que somente poderiam ser nomeados depois de concurso. É lei. No dia 6 de janeiro, nova leva dos da mesma categoria a oficiais administrativos.. isto tudo, além de ilegal e arbitrário, tem mais este cunho: extranumerários com mais de 20 anos de serviço foram relegados por extras com apenas um ano e meio até! A coisa entretanto, não parou aí. Foi além: No dia 8 de janeiro, nova lei da Câmara, veja bem! – com maioria PTB – tornando efetivos, isentos de concurso, todos os funcionários até aquela data (8 de janeiro) nomeados interinamente!”. O arremate do desabafo, no entanto, rumava para “coisas mais sérias”: “Não há mais caráter, meu amigo, não há mais vergonha, não há mais moral nesta nossa terra, do Roruíma (*sic*) ao Chuí. (...) Mas... vamos parar por aqui que a sujeira é muita. E para alheiar-mo-nos dela, e não sentir-lhe tanto o odor, trabalhemos em coisas mais sérias – para provarmos que ainda há quem se se interesse pela cultura nesse meio de palhaçadas e sambas e batuques sociais e políticos” (Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1953. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS).

11 Arthur Sússembach (Restinga Seca, 8 de outubro de 1914) - Cronista, poeta e contista. Membro do Grêmio Ijuicense de Letras, da Academia Passo Fundense de Letras e do Instituto Histórico de Passo Fundo (MARTINS, 1978, p. 572).

Comissão de História do IHGRGS, definindo-o como “extensa catilinária”, e aos seus signatários, refere-se como “uns vaidosos vulgares”, que pretendiam conhecer “melhor a história do que um Manoelito de Ornellas ou um Walter Spalding”. Sússembach escreveu a Spalding, no dia 7 de dezembro, enviando um exemplar de *O Nacional* contendo o referido artigo. Spalding respondeu no seguinte dia 27, pois havia recebido a carta com um pouco de atraso. Nela, Spalding faz referência a sua *Carta ao Negrinho do Pastoreio* e ao modo como esta foi recebida no Instituto:

Eu pertenço ao Instituto Histórico daqui, mas estou afastado desde que ali dentro se formou uma panelinha. Precisamos acabar com esses grupelhos e *donos*. E por isso, fora de meus hábitos, na primeira *Carta ao Negrinho do Pastoreio*, a respeito, fui violento e ataquei de rijo a turma e o próprio Instituto. Sei que deram pulos e que o tal (...) pernóstico que atende por Otelo Rosa, disse desaforos a valer. Pouco estou ligando ao que dizem. O que quero é que respeitem a verdade, doa a quem doer. E no caso de Sepé, não há dúvida alguma: os documentos e depoimentos são claros e precisos.<sup>12</sup>

Mas, Spalding também convocava Arthur Sússembach para continuar “batendo no assunto”, e chamava a atenção para o papel dos tradicionalistas por meio dos Centros de Tradições, pois via no movimento anti-Sepé, o combate de Othelo Rosa (e do Instituto dominado pela ala de Othelo) aos *Centros de Tradição*:

Continue a bater no assunto. E que os *Centros de Tradições* se mexam. E tem obrigação moral de o fazerem, não só pelo que são, como porque o movimento de negação de Sepé, alvitado por Otelo, é justamente contra os *Centros*, com os quais antipatiza solenemente, o coitado. Mas, deixamo-lo urrar e prossigamos na nossa campanha de regeneração dos costumes e divulgação justa e sã de nossos usos, costumes e tradições sagradas.<sup>13</sup>

Para entender a solene antipatia de Othelo Rosa com os centros de

12 Carta de Walter Spalding a Arthur Sússembach. Porto Alegre, 27 de dezembro de 1955. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

13 Idem.

tradição, deve-se ver a sua concepção de *regionalismo*. Seu principal aliado, Moysés Vellinho, havia explicitado, no primeiro editorial da revista *Província de São Pedro*, a necessidade de guardar-se “dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo”.<sup>14</sup> Essa prevenção contra o *regionalismo* de cunho tradicionalista de Moysés Vellinho pode ser estendida ao colega Othelo Rosa. Na disputa pela redefinição do regionalismo, convinha a esse grupo deslegitimar o viés tradicionalista.

Para a historiadora Ieda Gutfreind (1998), a discussão sobre Sepé era uma linha de continuidade da disputa entre *lusitanistas* e *platinistas*, que gerou a polêmica sobre a Grande Revolução de Alfredo Varella, e voltava-se “ao problema português versus espanhol”. No entanto, na década de 1950 o debate se apoia em outros pressupostos. Nem Laytano, nem Spalding defendiam uma origem espanhola para o Rio Grande do Sul. Eram açorianistas. Nem mesmo o fazia Manoelito de Ornellas, que tinha outra visão do problema (para este último, os portugueses e espanhóis compartilhavam uma herança cultural comum, como habitantes da Península Ibérica onde os mouros e berberes deixaram seu legado). A questão era a incorporação de “fatos” da cultura popular, lendas e folclore à História. Em 1954, na abertura do Primeiro Congresso Tradicionalista, realizado em Santa Maria, Manoelito de Ornellas defendeu a utilização do folclore como um índice histórico. Neste aspecto, tanto Spalding quanto Ornellas e Laytano estavam de acordo:

O folclore não é somente um perfil da História. É muitas vezes um índice orientador sobre a origem dos acontecimentos. A História oficial é a relação cronológica dos fatos e fundamenta-se na opulência dos arquivos. Mas, coexistente com as leis, os decretos, as sentenças, os diários de guerra, as proclamações, os tratados, a biografia e a correspondência, uma outra História se escreve, sem o prestígio das cátedras. É a história que o povo, ator e espectador imediato, alinhava em trovas humildes, em ritmos de danças, em romances e décimas, em frases e sentenças, que se tornam populares. É a obra comum que a todos pertence e cujo autor ignorado jamais reivindica a paternidade gloriosa (ORNELLAS, 1966, p. 87).

Voltando à carta de Walter Spalding a Süssembach, pode-se perce-

14 VELLINHO, *Província de São Pedro*, n. 1, 1945, p. 5.

bê-lo como posicionando-se novamente ao lado dos tradicionalistas, dos quais havia se afastado, seis meses antes. Nesse contexto de várias disputas sobrepostas, era importante identificar qual inimigo era mister atacar primeiro. Assim, o ex-aliado (de véspera) dos tradicionalistas se dispunha a formar uma aliança tática no combate ao inimigo comum (e maior): Othelo Rosa.

A outra (terceira) frente de batalha era a disputa acadêmica de longa duração que envolvia diretamente os jesuítas do IHGRGS, e que, no plano historiográfico dizia respeito à inclusão ou não das Missões no arcabouço histórico e cultural do Rio Grande do Sul. Esse aspecto da polêmica já havia aparecido no artigo de Carlos Reverbel, como foi visto, quando mencionou o parecer de Moysés Vellinho sobre o livro de Luiz Gonzaga Jaeger, *Os Três Mártires Rio-Grandenses*. O Pe. Jaeger, que esteve presente na reunião de aprovação do “parecer de Othelo Rosa”, e que votou a favor, “com restrições”, tornou a manifestar-se, desta vez, posicionando-se contra o “parecer”, no dia 8 de dezembro, pelo *Jornal do Dia*, com o artigo intitulado *Em defesa do intrépido gaúcho, o capitão José Sepé, o lendário S. Sepé*. Neste artigo, o padre jesuíta, membro do IHGRGS, argumenta contra uma das principais razões apresentadas no parecer da Comissão de História de que Sepé teria lutado contra Portugal em favor dos interesses da Espanha:

[Sepé Tiaraju] não defendeu a terra das Missões nem para a Espanha, nem para Portugal, nem para a Companhia de Jesus. Defendeu para os seus índios de sua raça, com clara manifestação de sentimento telúrico. (...) Tiaraju não merece a nossa homenagem porque lutou contra os interesses de Portugal, segundo a Comissão. Pergunto por que interesses se insurgiu Tiradentes e seus denodados conspiradores, apenas 35 anos mais tarde? (Jaeger apud PRITSCH, 2005, p. 32).

Para entender melhor os lances desse *front* da disputa, é necessário fazer uma breve incursão pelos seus antecedentes, que remontam à atuação dos jesuítas no processo de institucionalização da História no estado, desde a fundação do IHGRGS. Os jesuítas foram importantes colaboradores na fundação e consolidação do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Os padres Carlos Teschauer e João Batista Hafkemeyer se destacavam pela bibliografia extensa, para os padrões da época, e pela operosidade na revista do Instituto. Especialmente, a obra de Teschauer *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* era considerada uma obra fundamental da

bibliografia gaúcha. Hafkemeyer foi o primeiro redator da revista do Instituto, até o seu falecimento em 1924. Teschauer foi membro da Comissão de História até 1930, quando veio a falecer. A influência desses dois padres embargou o boicote à história das Missões, na primeira década do IHGRGS.<sup>15</sup> Em 1928, o Instituto chegou a realizar na Biblioteca Pública uma sessão com o fim de homenagear a memória do Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, “proto-mártir do cristianismo no Rio Grande do Sul”, por ocasião da passagem do tricentenário da morte do jesuíta, sendo o orador, na referida sessão, o destacado membro da “geração católica”<sup>16</sup> Adroaldo Mesquita da Costa.<sup>17</sup> Porém, esta homenagem do Instituto, não passou despercebida e sem levantar polêmica. Luiz Gonzaga Jaeger, lembrou que naquela ocasião fora distribuído na capital um panfleto, no qual:

um articulista oculto sob o anonimato, denegria farisaicamente a memória desses paladinos, escandalizando-se que homens da envergadura científica dos que compunham

15 A *Revista do IHGRGS* publicou diversos artigos sobre o tema das Missões e dos Jesuítas, na sua primeira década. Escritos de Carlos Teschauer publicados na revista do Instituto: “A língua guarani e o venerável Pe. Roque Gonzales” (1921), “O processo do Pe. Roque e seus companheiros” (1926), “A erva mate na história e na atualidade” (1926), “Vida e obra do Pe. Roque Gonzales de Santa Cruz” (1928), “O caráter do proto-mártir do Rio Grande do Sul” (1928). Escritos de J. B. Hafkemeyer: “História dos Jesuítas no Min. Marques de Pombal” (1923), “A primitiva igreja do Rio Grande do Sul” (1929). E ainda, Luiz Gozaga Jaeger: “Quando nasceu p. Roque?” (1928).

16 Luiz Alberto Grijó (2012) destaca que a “geração católica” (expressão criada por Fernando Trindade) iniciara sua influência na década de 1920, e teria tido seu ocaso na década de 1950. Esse “grupo” era caracterizado por uma unidade estreita, cuja coesão se dava basicamente graças a sua “comum formação elementar e secundária em colégios católicos, principalmente nos estabelecimentos geridos por padres jesuítas de origens teutas” (GRIJÓ, 2012, p. 280). Aponta para a existência de um projeto católico-jesuítico que “se apresentava como uma missão proselitista e salvacionista de almas individuais e da sociedade em geral” (p. 289), por meio do qual “os jesuítas passaram a influenciar decisivamente aqueles que se tornariam parte da elite cultural, profissional e político-partidária do Rio Grande do Sul” (p. 286). Além de Adroaldo Mesquita da Costa, também era membro do IHGRGS e integrante da “geração católica” o professor Armando Dias de Azevedo. Darcy Azambuja, membro do IHGRGS, segundo RODRIGUES (2002), de formação mais próxima do positivismo, teve uma “progressiva aproximação” com o grupo católico. Segundo esta autora, Azambuja posicionou-se “de maneira favorável aos católicos, escreveu nas revistas administradas pelo grupo e ingressou no corpo docente do curso de Filosofia da Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras implantada pelos irmãos maristas em 1940” (p. 94). Em 1941, Darcy Azambuja fez uma conferência intitulada *O Brasil e a Companhia de Jesus*, na qual exaltou o papel dos missionários jesuítas na formação intelectual brasileira, sem mencionar a experiência jesuítica missionária (*Revista do IHGRGS*, n. 85, 1942, p. 5). Nos anos 1950, Darcy Azambuja já estava integrado ao grupo católico.

17 Ata de reuniões do IHGRGS, 15 de novembro de 1928, p. 105v.

então a nossa primeira agremiação histórica do estado, se houvessem rebaixado a ponto de prestarem homenagem a indivíduos de nenhum mérito histórico ou patriótico.<sup>18</sup>

Depois da morte de Teschauer não chegou a haver uma interdição completa à história das Missões, mas, à medida que se impunha a tese da formação lusitana do estado, recalcava-se com mais força a admissão das Missões jesuíticas na história rio-grandense. Em 1937, foi admitido como sócio o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, que dedicou-se a manter viva a pesquisa da história das Missões. Nos anos 1930, publicou, nas páginas da revista do Instituto, dois ensaios sobre os jesuítas e as Missões: *A localização do Caaró – crônica histórica* (1933), *A tragédia de Pirapó – Assunção do Ijuí* (1936).

No ano de 1940, durante o 3º Congresso de História do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Aurélio Porto apresentou um voto de louvor e gratidão “aos filhos de Santo Inácio”. Nessa ocasião, ficou decidido que a revista do IHGRGS se dedicaria “à reedição de alguma obra especialmente grata aos padres jesuítas”, sendo escolhida a biografia do padre Gabriel Malagrida, escrita por Paulo Mury.<sup>19</sup> O consagrado historiador Aurélio Porto, nessa época diretor dos Anais do Itamarati, mostrou-se um importante aliado do Pe. Jaeger, pois era uma das autoridades máximas em história sul-rio-grandense.

Conforme Luiz Gonzaga Jaeger, Aurélio Porto esteve pesquisando sobre a vida de um jesuíta chamado Cristóvão de Mendoza, “desde alguns anos”. De acordo com o depoimento do Pe. Jaeger, Aurélio Porto teria chegado a lhe dizer: “Olhe, Pe. Jaeger, o senhor pode escrever sobre quantos jesuítas quiser. Mas, o Pe. Cristóvão, tenha paciência, esse é meu”. Das pesquisas de Aurélio Porto, resultou a remessa a Jaeger de uma cópia da “primeira carta que sobre o martírio do Pe. Mendoza escreveu o Pe. Francisco Ximenes”, traduzida por Jaeger e publicada no jornal dirigido por ele, *Eco* (em 1935, p. 109).<sup>20</sup> Aurélio Porto continuou suas pesquisas na Biblioteca Nacional, na Coleção de Angelis, “onde desenterrou documentos preciosíssimos sobre o nosso herói”.<sup>21</sup> Em 1940, estando Aurélio Porto na capital gaúcha para as comemorações do “bicentenário de Porto Alegre”, como representante do Itamarati, foi convidado por Luiz Gonzaga Jaeger para pro-

18 *Revista do IHGRGS*, n. 61, 1936, p. 3.

19 A publicação da biografia de Gabriel Malagrida apareceu na revista do Instituto em 1940, n. 80, p. 197, com apresentação de Luiz Gonzaga Jaeger.

20 *Revista do IHGRGS*, n. 87-88, p. 117.

21 *Idem*.

curar o lugar do martírio de Cristóvão de Mendoza.<sup>22</sup> Aurélio Porto prontamente aceitou o convite para a expedição, salientando que só poderia ficar “dois ou três dias”. Nas páginas da revista do Instituto, o Pe. Jaeger relata toda a aventura que, todavia, não logrou encontrar o local pretendido.<sup>23</sup>

No ano de 1941, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL), enviou um ofício ao IHGRGS solicitando o seu pronunciamento sobre uma data em que se evocasse a “tradição do nosso estancieiro” e “qual seria o nome mais significativo, se estancieiro, fazendeiro ou criador, visando em tudo fortalecer os laços que nos ligam ao passado”. A resposta da Comissão de História do IHGRGS foi assinada pelo Pe. Jaeger e Luiz Carlos de Moraes, e dizia:

Somos do parecer que o ano de 1634 deve merecer a preferência a qualquer outra data e que o nome de Cristóvão de Mendoza, que tombou mártir da fé em 26 de abril de 1635, no alto do rio Piaí, entre Caxias e São Francisco de Paula, seria o nome mais indicado para ligar o passado com o presente, pois que foi o nosso primeiro tropeiro e fundador da nossa opulência pecuária.<sup>24</sup>

Este parecer não tardou a ser contestado por outro consócio do Instituto. A oposição partiu do capitão De Paranhos Antunes, que, no contra-parecer que formulou, concordava que “na formação das primeiras estâncias de gado, os jesuítas espanhóis, que fundaram os povos das Missões tiveram prioridade sobre os portugueses formando a *Vacaria do Planalto*, ao norte, e as *Vaquerias del Mar*, ao sul”, mas emendava: “nada temos a ver com essa prioridade e sim com a penetração e fixação em nosso território dos primitivos estancieiros, nossos antepassados”. Para ele, “o caminho da fixação lusitana no solo gaúcho abre-se a partir de 1725 com a entrada dos lagunistas”, e que “são da Laguna os primeiros estancieiros” (Idem, p. 219). Para ele, a data digna de evocação era 25 de outubro de 1732, “a data oficial, em que foi doada a primeira extensão de campos em território gaúcho” feita a Manoel Gonçalves Ribeiro, o qual deveria ser considerado “um dos pioneiros na criação das primeiras estâncias gaúchas”.<sup>25</sup>

22 Segundo Jaeger, Cristóvão de Mendoza foi o responsável pela introdução do gado vacum no Rio Grande do Sul, em 1634, quando trouxe, através do rio Uruguai, uma tropa de mil cabeças, compradas do português Manoel Cabral de Alpoim. Morreu em 26 de abril de 1635, no alto do Rio Piaí, entre Caxias e São Francisco de Paula (*Revista do IHGRGS*, n. 90, 1943, p. 218).

23 Idem.

24 *Revista do IHGRGS*, n. 90, 1943, p. 218.

25 Idem, p. 220.

Sobre a denominação “estancieiro” não houve discordância. Ambos, parecer e contra-parecer, afirmaram que estancieiro era o nome “mais histórico”. A controvérsia estava assentada sobre o advento das atividades pastoris no estado, de um lado, aquela que levava em conta a ação dos jesuítas e o papel das Missões e, de outro, a posição que somente considerava a ação lusitana, mas que, ao mesmo tempo, não negava a anterioridade da introdução do gado pelas mãos dos jesuítas, mas dizia que “nada temos a ver com essa prioridade”. Luiz Carlos de Moraes, dias depois, apresentou a justificativa de seu voto. Discordando do parecer de De Paranhos Antunes, e considerando que se houvesse uma “ressalva” na solicitação da FARSUL, a respeito de “outros elementos que não lusitanos ou brasileiros”, ele teria optado não pelo ano de 1732, em que Manoel Gonçalves Ribeiro teve a concessão de uma sesmaria”, mas, sim, pelo ano de 1725, quando João de Magalhães funda estância em Tramandaí. Porém, Luiz Carlos de Moraes argumenta que “a verdade histórica deve ser isenta de preconceitos de raça, crença ou nacionalidade, para que seja honesta e sadia”. Por isso, afirmou justificando o voto anterior: “por assim pensar, não reconheço a prioridade da nossa gente na fundação das primeiras estâncias”. Reafirmou seu juízo:

Se é verdade que das Missões, então não integradas no território rio-grandense, partiu a atividade pastoril que hoje constitui a principal fonte da nossa riqueza, não é menos verdade que dali saíram os primeiros peões que iam, juntamente com charruas e minuanos, lidar nos *rodeios* e nas *volteadas*, inigualáveis no lidar com o gado e na amansadura do potro selvagem.<sup>26</sup>

Coube ao Pe. Jaeger apresentar um longo trabalho sobre o tema em apreço, numa das sessões plenárias do IHGRGS, ainda no Museu Júlio de Castilhos. Neste estudo, Luiz Gonzaga Jaeger discorre sobre desde a introdução do gado na costa do Brasil central e a penetração do gado brasileiro no Paraguai até a entrada do gado no Rio Grande do Sul. Finalmente, ataca o principal óbice do capitão De Paranhos Antunes, que estava estribado “na preferência que lhe merece a tradição dos **antepassados lusitanos**”. E questiona:

Por que razão, nós historiadores, evocadores de tudo quanto se relaciona com o passado rio-grandense, nada teria-

---

26 Idem, p. 221.

mos que ver com a introdução do gado jesuítico em 1634, condenando a um violento olvido essa imensa obra econômico-social, da qual aproveitaram largamente os próprios estancieros lusitanos aqui aportados um século depois, empreendimento que projeta seus raios até dentro do século 20?<sup>27</sup>

Anexa, ao seu trabalho, o voto de Aurélio Porto, no qual declara:

Entretanto, torno a afirmar, de acordo com os estudos procedidos, que unicamente aos jesuítas se deve a introdução no gado no Rio Grande do Sul, cabendo ao nosso padre Cristóvão Mendoza ser o primeiro tropeiro rio-grandense. (...) Tenho trabalhado muito e penso até fins deste ano concluir meu trabalho sobre a Civilização jesuítica das Missões, que dará dois volumes grandemente ilustrados com coisas missionárias. Usei e abusei da Coleção de Angelis e tenho para mim que fiz alguma coisa de inédito e novo. E isto cada vez afervora em mim o alto conceito que formo da civilização jesuítica e da influência que ela exerceu por todos os aspectos na nossa formação sócio-geográfica.<sup>28</sup>

Sendo novamente submetido à votação, foi mais uma vez ratificado o parecer do Pe. Jaeger, mas não sem ferir as suscetibilidades resistentes. De Paranhos Antunes renunciou, na mesma sessão, ao seu cargo na Comissão de História.<sup>29</sup> Como se observa, o patrulhamento sobre o tema das Missões na história do Rio Grande do Sul foi constante, mas não conseguiu silenciar completamente os seus defensores, ou criar um impedimento disciplinar que excluísse esse tema da agenda historiográfica local. Sobretudo, porque apesar da resistência da maioria, os jesuítas não estavam isolados. Tinham ao seu lado importantes aliados no campo institucional e historiográfico, como Aurélio Porto, Adroaldo Mesquita da Costa, Mansueto Bernardi etc.

Essas questões constituíam-se em “embaraços” historiográficos para os historiadores que repisavam a origem luso-brasileira para o Rio Grande do Sul, por meio de recortes político-militares. Por outro lado, para os historiadores-folcloristas, a inclusão das Missões na história rio-gran-

27 Idem, p. 239.

28 Idem, p. 242, 243.

29 Ata de reuniões do IHGRGS, de 14 de novembro de 1941 (*Revista do IHGRGS*, n. 86, 1942, p. 400).

dense não criava embaraço algum, pois para eles a origem da nacionalidade estava assentada na vida do povo, suas tradições e seu folclore. Assim, a emergência da dissensão em torno do caso Sepé, possibilitou a aproximação dos historiadores-folcloristas, como Walter Spalding, Dante de Laytano e Manoelito de Ornellas com o grupo católico. Destaca-se entre os católicos fervorosos Mansueto Bernardi. Walter Spalding e Dante de Laytano, por sua vez, eram professores no Colégio Anchieta, que, em tese, os aproximaria “naturalmente” dos católicos, mas para eles era mais presente a questão folclórica.

Retornando aos dias que se seguiram à publicação do parecer da *Comissão de História* a respeito de Sepé. Moysés Vellinho publicou a sua defesa do parecer nas páginas do *Correio do Povo*. É interessante notar que Vellinho estava ciente da reação católico-jesuíta que o parecer original de Othelo Rosa havia suscitado, e começa sua defesa reconhecendo que tinha “grande respeito pela ordem de Santo Inácio”, a cujos mestres devia o melhor de sua formação. Ainda lembrava:

Muito me prezo de ter sido aluno do [Colégio] Anchieta<sup>30</sup> e não me esqueço de que foi por empenho de um jesuíta, o saudoso padre Enrique Book que, ainda ginasião, vi publicado o meu primeiro artigo no *Correio do Povo*.<sup>31</sup>

Mas nem por isso se sentia obrigado a “aceitar a tese que pretende capitular os feitos missionários entre os fatores que contribuíram ativamente para a formação rio-grandense”.<sup>32</sup> Pode-se ver essa introdução de Vellinho ao assunto, como uma tentativa de minimizar o viés anti-jesuíta do conflito. Mas esse viés estava presente. Walter Spalding reclamou no seu longo artigo sobre o caso Sepé, também no *Correio do Povo*:

Sabemos que, hoje, nos chamam de “jesuíta”, “ultramontano”, “malcriado” e, até, “imbecil”. Que continuem. Pouco se nos dá, bem como não nos importa a campanha muda e subterrânea que nos fazem a ponto de ignorar propositadamente o que escrevemos. E não serão os ataques pessoais e cartas anônimas que rasgamos logo, por inúteis atestados

30 Moysés Vellinho também foi aluno do Ginásio Júlio de Castilhos, educandário por dominado por professores republicanos e positivistas.

31 Moysés Vellinho, *Correio do Povo*, 31 de dezembro de 1955, p. 8.

32 Idem.

de covardes, que nos farão recuar. Nem as ameaças.<sup>33</sup>

Para finalizar a incursão nesse *front* da disputa, veja-se agora a posição de Francisco de Paula Cidade<sup>34</sup>, que teve sua opinião sobre o caso publicada em 14 de janeiro de 1956, no *Correio do Povo*. Francisco de Paula Cidade posiciona-se ao lado de Othelo Rosa, e contra a celebração de Sepé como herói gaúcho. O mais interessante é que ele marca sua posição como católico e antipositivista. Para situar uma obra de história do general Tasso Fragozo, Paula Cidade depõe contra o positivismo:

O positivismo que há muito vinha sendo pregado entre nós, em certo momento considerou-se vitorioso, por imposição de leis naturais. Então tornou-se moda ser positivista ou filo-positivista ou pelo menos “simpatizante”, como por falsa e afetada modéstia estes últimos se intitulavam. Quem não era positivista era inculto, era retrógrado, era metafísico. Ocorria assim no Brasil um fenômeno semelhante ao que está ocorrendo hoje com o comunismo, ou pelo menos com o filo-comunismo, que se tornou caminho mais seguro para os altos postos da república das letras. Desse modo, era preciso falar, pensar e escrever de acordo com os cânones do Apostolado Positivista. Não se devia refletir sobre qualquer assunto que já tivesse sido versado por Miguel Lemos ou Teixeira Mendes: bastava seguir-lhes a trilha.

[...] seus seguidores nenhum progresso trouxeram às ciências históricas brasileiras como é o caso do General Tasso Fragozo.<sup>35</sup>

Segundo Francisco de Paula Cidade, o general Fragozo teria sido o primeiro a sugerir o erguimento de um monumento ao guerreiro guarani. Considerava o trabalho do outro militar “um mau serviço prestado à história militar brasileira. (...) tanto são os erros da narrativa e as traições do subconsciente nos domínios da análise”. Por fim, Paula Cidade expõe uma das razões da sua avaliação antipositivista:

Para mim, católico e seu antigo auxiliar, que sempre admirei sua alta cultura geral e tanto apreciei seu boníssimo co-

33 SPALDING, *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1956, p. 6, 9.

34 General do Exército e membro correspondente do IHGRGS, residente no Rio de Janeiro.

35 CIDADE, *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1956, p. 8.

ração, é um consolo saber que morreu ele no seio acolhedor da igreja e afastado dos princípios filosóficos que nortearam suas primeiras atividades intelectuais.<sup>36</sup>

Considerava não pertinente a sugestão de homenagem ao índio missioneiro, pois “Sepé não era rio-grandense porque não queria sê-lo e porque não era de Rio Grande de São Pedro, mas das Missões. Não é um herói nacional brasileiro e quem não é brasileiro logicamente não é rio-grandense”. Acrescenta como argumento final para a sua posição a autoridade de Othelo Rosa, tal como havia feito Carlos Reverbel:

Valeria a pena todo este trabalho, depois daquela sentença perfeita, lavrada pela comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que teve como juiz-relator esse grande historiador e sociólogo que é Othelo Rosa?<sup>37</sup>

Esse depoimento, associado ao de Moysés Vellinho, pode iluminar esse veio do conflito. Moysés Vellinho não se considerava anticlerical, ao declarar sua admiração e gratidão aos jesuítas pela sua formação e estreia na imprensa. Paula Cidade, por sua vez, era católico e antipositivista, e não via a posição anti-Sepé de Othelo Rosa como anticlericalismo positivista, mesmo que este tenha sido positivista militante de destaque, na década de 1920. Há de se considerar, entretanto, que mesmo Francisco de Paula Cidade sendo católico, ele não havia sido formado nos redutos de sociabilidade escolar dos jesuítas.<sup>38</sup> Portanto, embora existam elementos claros de continuidade do conflito entre positivistas e católicos, nos anos 1950, pode-se sugerir que não era o anticlericalismo positivista que unia o grupo em torno de Othelo Rosa. Nem essa disputa pode ser reduzida, simplesmente, a um conflito entre católicos e positivistas. Primeiro, porque o positivismo, nos anos 1950, estava longe de constituir uma ideologia dominante ou grupo coeso. Segundo, porque católicos e anchietanos engajados que faziam parte da “geração católica” (e membros do IHGRGS), como Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Dias de Azevedo e Darcy Azambuja, não assinaram o contra-parecer em defesa de Sepé Tiaraju, organizado mais tarde por Mansueto Bernardi. As tomadas de posição eram organizadas levando-se em

---

36 Idem.

37 Idem.

38 Francisco de Paula Cidade estudou na Escola Preparatória de Rio Pardo (1902), na Escola Militar de Porto Alegre e Escola de Guerra do Realengo, Rio de Janeiro (1908), onde saiu aspirante (MARTINS, 1978, p. 147).

conta diversos fatores. Mas o principal era o desconforto intelectual que a admissão da história das Missões causava para um grupo que escolhera como chave explicativa para a formação do Rio Grande do Sul a colonização lusitana e o recorte político-militar privilegiado na sua historiografia. E como fator secundário, mas não desprezível, contribuía para unidade do grupo anti-Sepé a hegemonia e influência pessoal de Othelo Rosa como historiador consagrado no campo da história local na década de 1950. Do outro lado, o quadro das razões que davam a liga ao grupo pró-Sepé era mais heterogêneo: o interesse dos historiadores-folcloristas pela incorporação à História das noções tomadas de empréstimo do folclore; interesse semelhante compartilhado pelos regionalistas de matiz tradicionalista, já que o folclore legitimava as tradições; o interesse dos católicos pela inclusão das Missões como parte da história rio-grandense e, por fim, a oposição pessoal a Othelo Rosa.

Por último, evoca-se o depoimento de Walter Spalding a respeito do caso, para ressaltar um aspecto da disputa sobre a legitimidade da história como “ciência” e como “verdade” na época. Spalding faz uma longa “profissão de fé” no tipo de história que acreditava:

Queremos, entretanto, deixar aqui, claramente registrado que quando escrevemos História não olhamos interesses. A história não tem interesses. É a verdade pura e simples doa a quem doer. História é verdade e não jogo de interesse de clãs, castas, seitas, religião, mesmo de um povo, e menos ainda de caráter pessoal.

Jamais compreenderemos uma história parcial, história sob medida, ou por decreto. Isso não é para nós, História, mas sim, quando muito historieta, “estória” como diria Luís da Camara Cascudo. Ou romances como os de Sir Walter Scott, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Paulo Stubal e outros. Ou tragédias como as de Shakespeare.

A História é séria, ponderada, documentada, e não admite interesses, parcialidades, ideias pré-concebidas. Por tal razão quando estudamos um tema, não podemos de forma alguma, basear-nos exclusivamente na documentação de uma parcialidade. Devemos ter em mão e conhecer a fundo, tanto quanto possível, a de todas as parcialidades, sejam quantas forem, e estudar meticulosamente cada uma delas antes de qualquer conclusão definitiva.

É justamente por isso, porque assim procedemos, que che-

gamos, não raro, a conclusões mui diversas das de colegas e companheiros em História, contrariando, bastas vezes, o que costumam afirmar e, principalmente, quando afirmam baseados em NOSSO INTERESSE, um interesse qualquer, às vezes louvável, mas que, historicamente só pode ser prejudicial à verdade, porque parcial.

A isso nós jamais nos sujeitaremos, magoe a quem magoar. Podemos errar, não há dúvida, e muitas vezes já erramos. Mas reconhecemos o erro e procuramos corrigi-lo. Em matéria de História, porém, jamais nos dobraremos a uma parcialidade, ou nos renderemos a um interesse, seja qual for, mesmo porque, já o dissemos, a História não tem interesses porque é a Verdade e somente a Verdade.

Feita essa profissão de fé para que nos possam julgar – não os de hoje, mas os de amanhã – voltamos à controvérsia - sobre Sepé Tiaraju, o índio missioneiro que o povo, o seu povo, santificou porque se sacrificara por amor à TERRA NATAL (grifos no original).<sup>39</sup>

Spalding reivindica para o seu trabalho como historiador a qualidade do *desinteresse* (um dos pressupostos do discurso da ciência), baseado em documentos, e unicamente preocupado com a “verdade”. Seu engajamento com o folclore não visava a destituir a História do seu “trono” de ciência, mas sim revestir o folclore com o mesmo *status*. A História permanecia intacta na sua condição de ciência primaz entre as disciplinas humanas. O foco do problema não era a História, e sim certos “historiadores dos interesses pessoais” (referência velada a Othelo Rosa), e “dos que escrevem por ouvir dizer” (novamente uma referência velada, agora a Moysés Vellinho).

Nesse longo artigo, Spalding cita documentos e historiadores (como Souza Docca, Capistrano de Abreu) para sustentar sua posição:

Nada mais preciso, nada mais claro, nada mais certo: os jesuítas concordaram com a entrega das terras sem os homens, crendo que teriam ascendência sobre os indígenas. Estes, porém, dirigidos por Sepé Tiaraju, revoltaram-se contra aquela “cruza dos assírios” combinadas entre as duas cortes ibéricas e aceita pelos catequistas espanhóis das

---

39 Spalding, *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1956. A fonte consultada encontra-se no Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

missões, em quase sua totalidade.

Esse gesto de Sepé e sua gente contra a Espanha, Portugal e os jesuítas, seria, acaso, espanófilo?

Absolutamente: era NATIVISTA. Era o amor à terra que os levava à revolta sem medir consequências.

E é esse o ponto que discutimos e defendemos: a revolta de Sepé em defesa da terra que considerava sua e que, portanto, lhe dá direito de ser denominado O PRIMEIRO GAÚ-CHO QUE SE BATEU PELO PAGO. É isto que nos interessa. É isto que defendemos, e nada mais, como o deixamos provado (Idem).

Aqui, como foi dito anteriormente, interessa expor as bases em que estavam assentadas a argumentação de Spalding, mais do que a posição em si, porque ajuda a entender os móveis dessa discussão, no processo de questionamento do Instituto Histórico como juiz da história local.

A morte de Othelo Rosa<sup>40</sup> pode ter arrefecido os ânimos daqueles que eram seus opositores, mas não alterou o quadro das posições (e oposições). Os contrários a Sepé não arredaram de sua posição (tendo à frente Moysés Vellinho), tampouco os seus defensores. O folclore não conquistou seu espaço na academia brasileira como “ciência”. Por outro lado, como lugar de produção do conhecimento histórico, o IHGRGS entrou em declínio, e o advento da institucionalização da pesquisa histórica na pós-graduação universitária terminou por deslocá-lo completamente da posição central nesse campo no estado.

A polêmica manteve-se viva pela atuação de Mansueto Bernardi, membro do IHGRGS e católico. Mansueto Bernardi organizou um *Contra-parecer*, assinado por 22 intelectuais<sup>41</sup>, todos membros do IHGRGS (efetivos ou correspondentes), que contestava o parecer de Othelo Rosa.<sup>42</sup>

40 Othelo Rosa faleceu no começo de dezembro de 1956. A defesa da posição da Comissão de História do IHGRGS ficou nas mãos de Moysés Vellinho, que assumiu o bastão de guardião da história à porta do IHGRGS.

41 Foram seus signatários: Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, Rinaldo Pereira da Câmara, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, Dante de Laytano, Walter Spalding, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benício da Silva, Félix Contreras Rodrigues, Pe. Balduino Rambo, Herbert Canabarro Reichardt, Deoclécio de Paranhos Antunes, L. F. de Castilhos Goycochea, Amaro Batista, Fernando Callage, Henrique Oscar Wiederspahn, Pe. Geraldo Pawels, Osvaldo Rodrigues Cabral, Afonso de Taunay, Luiz Alves de Oliveira Belo e Leopoldo Petry.

42 Leticia Nedel (2005) investigou detidamente esta polêmica, por meio da atuação de Mansueto Bernardi.

Essa polêmica é um marco no processo de desvalorização institucional e perda da legitimidade acadêmica do IHGRGS. Embora o alvo do descontentamento fosse o núcleo de historiadores que dirigiam a instituição, o próprio Instituto acabou por ser combatido e combalido. Diferentemente da polêmica a respeito da *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varella, nos anos 1930, que mostrou um Instituto Histórico unido contra a voz dissonante e solitária de Varella (que tinha aliados fora do meio intelectual local), o *caso Sepé* expôs, publicamente, a irreconciliável cisão do IHGRGS. De um lado, o grupo hegemônico e numericamente menor, mas coeso, aferrado à tradição histórica criada nos anos 1920 e consagrada nos anos 1930, e de outro, a maioria dos membros do Instituto, mais dispersos e aliados dos postos de comando e visibilidade institucional.

Por fim, essa polêmica expôs os limites da união das elites intelectuais no Rio Grande do Sul. Essa união “externa”, cuja característica era a “excomunhão teórica e ecumenismo prático”, que possibilitou o projeto intelectual como a revista *Província de São Pedro*, chegou ao seu esgotamento. Não por acaso, o último número dessa revista foi editado em 1957, trazendo mais um artigo de Moysés Vellinho reafirmando sua posição no caso Sepé.

### FONTES CONSULTADAS

Jornal *Correio do Povo*, no Museu da Comunicação José Hipólito da Costa.  
Fundo Walter Spalding, arquivo do IHGRGS  
Revista *Província de São Pedro*  
Revista do IHGRGS  
Livro de Atas do IHGRGS

### REFERÊNCIAS CITADAS

BERNARDI, Mansueto. *O primeiro caudilho rio-grandense: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju*. Porto Alegre, EST, 1981.  
GRIJÓ, Luiz Alberto. Os soldados de Deus: religião e política na faculdade de direito de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 32, Iss. 64, 2012, p. 279-298.  
GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. 2. Ed. Porto Alegre: Editora Universidade, 1998.  
MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/IEL, 1978.

- NEDEL, Letícia. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2005.
- ORNELLAS, Manoelito de. *Máscaras e Murais da Minha Terra*. Porto Alegre: Globo, 1966.
- PRITSCH, Eliana Inge. 1956: a homenagem embargada a Sepé Tiaraju. In: *Sepé Tiaraju*. Comitê do ano de Sepé Tiaraju (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- RODRIGUES, Mara C. de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/UFRGS – 1943-1950*. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2002.